

Gabarito oficial do XV Concurso para ingresso na carreira do MP/RO

Prova Objetiva: 23/06/2002

A Comissão de Concursos retificou o gabarito para as questões 16 (E) e 69(A) e anulou a questão número 11.

N.º	A	B	C	D	E	N.º	A	B	C	D	E
01					X	36			X		
02				X		37		X			
03		X				38			X		
04	X					39				X	
05			X			40			X		
06		X				41		X			
07				X		42				X	
08	X					43			X		
09		X				44			X		
10			X			45		X			
11	Anulada					46		X			
12				X		47				X	
13	X					48			X		
14				X		49				X	
15		X				50				X	
16*					X	51					X
17			X			52	X				
18		X				53					X
19	X					54	X				
20			X			55	X				
21		X				56			X		
22					X	57	X				
23				X		58	X				
24	X					59		X			
25					X	60		X			
26		X				61				X	
27			X			62				X	
28				X		63				X	
29	X					64			X		
30					X	65				X	
31		X				66	X				
32		X				67		X			
33	X					68	X				
34				X		69*	X				
35			X			70					X

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

XV CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA: 1ª ETAP A
NÚMERO DE QUESTÕES: 70
DURAÇÃO: QUATRO HORAS
VALOR: 70 PONTOS.

Porto Velho, 23 de junho de 2002.

INSTRUÇÕES

SENHOR(A) CANDIDATO(A):

Esta prova compõe-se de:

- 24 questões de Direito Penal e Processual Penal;
- 23 questões de Direito Civil, Processual Civil e Comercial;
- 23 questões de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário.

- **Marque apenas UMA opção por questão.**
- **Para lograr aprovação, são exigidos trinta e cinco acertos.**
- **Resolva primeiro a PROVA, depois transcreva as respostas para o GABARITO.**

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO GABARITO:

- **Utilize apenas caneta esferográfica preta ou azul.**
- **Preencha, com caneta preta ou azul, os dados solicitados, na parte destacável do gabarito.**
- **Marque as respostas com um X.**

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 01

Em relação ao crime unissubsistente, é correto afirmar:

- A. () É aquele praticado por uma só pessoa, não sendo possível a existência de outro autor;
- B. () É aquele que pode ser praticado por apenas uma pessoa, mas admite concurso eventual, inclusive participação;
- C. () É aquele crime que sempre pressupõe a existência de uma infração penal anterior, ligado a ele, pelo dispositivo penal que, no tipo faz referência àquele;
- D. () É aquele que pode se realizar com apenas um ato, admite a tentativa e o concurso, desde que exista um liame subjetivo;
- E. () É aquele que se realiza com apenas um ato podendo admitir o concurso de agentes.

QUESTÃO 02

Quanto ao estrito cumprimento do dever legal, é incorreto dizer:

- A. () quando putativo, também não exclui a imputabilidade;
- B. () quando real, exclui sempre o crime;
- C. () o dever deve constar de lei;
- D. () não pode o dever constar apenas de regulamento;
- E. () é sempre uma causa legal de exclusão da antijuridicidade.

QUESTÃO 03

Quanto ao dolo é correto afirmar:

- A. () dolo, vontade e finalidade são sinônimos no Direito Penal;
- B. () dolo é a finalidade tipificada;
- C. () dolo é tipicidade, e finalidade é o elemento subjetivo;
- D. () dolo e finalidade estão presentes em toda conduta humana culpável;
- E. () dolo é elemento anímico da conduta e faz parte da culpabilidade.

QUESTÃO 04

Quanto a embriaguez, é incorreto dizer que:

- A. () se culposa e incompleta, exclui a imputabilidade penal;
- B. () completa e acidental, sempre exclui a imputabilidade;
- C. () se proveniente de caso fortuito e incompleta só há diminuição de pena;
- D. () não é sempre aplicável a chamada actio libera in causa;
- E. () se proveniente de força maior e completa exclui

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () Não há nenhum crime sem conduta;

- B. () Crimes formais são conhecidos como tipos incongruentes;
- C. () O arrependimento posterior é só atenuante;
- D. () Crime instantâneo depende de correspondência entre o fato e o tipo;
- E. () Crime de rixa não tem concurso eventual e absorve as vias de fato.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () a prescrição da pretensão executória nos crimes de imprensa é sempre interrompida pelo início do cumprimento da pena;
- B. () a prescrição nos crimes de imprensa, por ser norma especial, não se interrompe pelas mesmas normas do Código Penal;
- C. () a prescrição nos crimes de imprensa ocorrerá em dois anos após a data da publicação ou transmissão incriminada;
- D. () a prescrição nos crimes de imprensa se dá em dobro ao da pena aplicada na sentença;
- E. () a prescrição nos crimes de imprensa, seja da pretensão punitiva, seja da pretensão executória, produz os mesmos efeitos da prescrição do Código Penal.

QUESTÃO 07

Os elementos do fato típico culposo são:

- A. () ação, nexo causal, resultado e imprudência (quebra do dever objetivo de cuidado), imperícia ou negligência;
- B. () conduta, resultado, tipicidade, previsibilidade e quebra do dever objetivo de cuidado (ausência de previsão);
- C. () conduta, resultado, nexos de causalidade e imprudência, negligência ou imperícia (quebra do dever objetivo de cuidado);
- D. () conduta, resultado, nexos causal, tipicidade, previsibilidade objetiva, ausência de previsão e quebra do dever objetivo de cuidado;
- E. () em síntese: imprudência, negligência ou imperícia.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa incorreta:

Quando "A" e "B", unidos com o mesmo propósito delituoso, cada qual com uma arma, atiram em "C", e apenas um disparo acerta a vítima matando-a.

Não poderá haver:

- A. () concurso de agentes, já que apenas um disparo atingiu "C"
- B. () homicídio tentado, pois o resultado morte ocorreu;
- C. () participação dolosamente distinta;
- D. () autoria colateral;
- E. () autoria incerta.

QUESTÃO 09

Maria Argentina, ao eliminar o próprio filho que acabara de nascer, jogou seu corpo na fossa, com a intenção de escondê-lo. Tipifique a conduta:

- A. () aborto e ocultação de cadáver em concurso material;
- B. () homicídio doloso e ocultação de cadáver em concurso material;
- C. () homicídio e abandono de incapaz em concurso formal;
- D. () infanticídio, abandono de incapaz e ocultação de cadáver em concurso;
- E. () infanticídio e ocultação de cadáver em concurso formal.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () o crime de latrocínio pode não ser preterdoloso;
- B. () é impossível a tentativa de crime preterdoloso, pois o resultado agravador não era desejado;
- C. () a morte que configura o latrocínio qualificado só se aplica ao roubo próprio;
- D. () a morte no latrocínio, resultado agravador, pode não resultar de culpa;
- E. () o crime de latrocínio é crime complexo, hediondo e admite a tentativa.

QUESTÃO 11

Quanto ao concurso de crimes, é incorreto afirmar:

- A. () O concurso formal perfeito é aquele resultante de desígnios autônomos;
- B. () pode haver soma de penas em concurso formal;
- C. () pode haver crime continuado em crime culposos;
- D. () pode haver crime continuado com violência contra vítimas diferentes;
- E. () só há cúmulo material quando o agente pratica duas ou mais condutas, produzindo dois ou mais resultados, desde que comissivas.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () A consumação dos crimes omissivos, ou se dá com a abstenção do comportamento devido, ou com a ocorrência do resultado naturalístico;
- B. () Sujeito ativo de crime comissivo por omissão é só o que tem o dever de agir.
- C. () Nos crimes omissivos próprios não há necessidade da aplicação da teoria dos equivalentes causais;
- D. () Nos crimes omissivos impróprios não se admite tentativa;
- E. () Nos crimes omissivos puros o agente não precisa estar naquelas condições de "garante".

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () a conditio sine qua non só não se aplica aos omissivos próprios;
- B. () a conditio sine qua non só atende a solução da chamada imputatio facti;
- C. () a conditio sine qua non atende a solução apenas dos crimes materiais;

- D. () a conditio sine qua non diz respeito apenas à causalidade tipificada;
- E. () a conditio sine qua non não atende o dogma causal dos crimes omissivos.

QUESTÃO 14

Quanto à prova no processo penal atual, assinale a única alternativa incorreta:

- A. () vigora o princípio da íntima convicção, pois os juízes do conselho de sentença não estão obrigados a justificar seu julgamento;
- B. () vigora o princípio da persuasão racional;
- C. () vigora o princípio da livre convicção em geral, e, também, o da íntima convicção no caso do júri;
- D. () vigora o princípio da prova livre, pois não há limites para a defesa do réu.
- E. () vigora o princípio da verdade real.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () na reclusão, quem concede a fiança não é a autoridade policial;
- B. () para a fiança, o MP deve ser ouvido;
- C. () não só, no curso do processo, a fiança pode ser concedida;
- D. () qualquer pessoa pode requerer uma fiança;
- E. () a fiança é inaplicável à prisão cível.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () coisa julgada formal impede que o juiz reexamine a sentença dentro do processo;
- B. () nos juizados especiais criminais nem sempre haverá transação;
- C. () da decisão que denegar recurso de apelação não cabe habeas corpus;
- D. () pelo princípio do efeito imediato decorre que os atos processuais praticados sob o império da lei anterior são considerados válidos e que as normas processuais regularão o restante do trâmite processual, mesmo se importarem em prejuízo ao réu;
- E. () não poderá haver prisão preventiva decretada de ofício.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () indisponibilidade, oficialidade e publicidade são princípios da ação penal pública;
- B. () flagrante irreal é aquele em que o agente é perseguido, logo após cometer o ilícito, em situação que faça presumir ser ele o autor do delito;
- C. () sentença terminativa de mérito é aquela que, ao julgar o mérito, condena ou absolve o réu;
- D. () prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, são pressupostos da prisão preventiva e não significam a mesma coisa;
- E. () ainda que autuado em flagrante pela prática de crime inafiançável, pode o agente aguardar o julgamento em liberdade.

QUESTÃO 18

Ao término da primeira fase da ação penal pública por crime de homicídio doloso, proferida decisão interlocutória mista que reconhece não haver indicação suficiente de autoria, é cabível:

- A. () recurso especial;
- B. () recurso em sentido estrito;
- C. () recurso extraordinário;
- D. () apelação;
- E. () carta testemunhável.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa incorreta. A Correição Parcial não cabe:

- A. () Em error in procedendo do magistrado a quo (sem recurso previsto na lei);
- B. () Em decisões do júri;
- C. () Em indeferimento do juízo da admissibilidade;
- D. () Em acórdão ambíguo, obscuro, contraditório ou omisso;
- E. () No desacolhimento da carta testemunhável.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () a função negativa da coisa julgada material é a de impedir a repetição do processo e julgamento para a lide penal em que incide a sentença que se tornou imutável;
- B. () a deficiência na formulação de quesito, é questão vedada em sede de recurso para nulificar o julgamento, quando o fato não foi impugnado no momento que a lei processual concede à parte;
- C. () após o recebimento da denúncia por crime falimentar, observar-se-á o procedimento ordinário comum, mas não haverá impedimento para concessão de concordata suspensiva;
- D. () pela correlação da sentença não pode o juiz decidir de modo diverso do que consta da denúncia ou da queixa;
- E. () a persecutio criminis in iudicio pertinente aos crimes de alçada privada possui implicações na promoção do inquérito policial.

QUESTAO 21

O recebimento da denúncia é um exemplo de:

- A. () decisão interlocutória mista;
- B. () decisão interlocutória simples;
- C. () decisão terminativa de mérito;
- D. () despacho de expediente;
- E. () nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () na matéria "sanção penal" a atuação jurisdicional sempre é imperativa;
- B. () o exame de insanidade mental só pode ser ordenado pelo juiz;
- C. () da decisão que julgar deserta apelação cabe recurso em sentido estrito;
- D. () réu primário, sem antecedentes, residente no distrito da culpa, onde possui família constituída e emprego fixo, não tem direito subjetivo de responder ao processo em liberdade;

- E. () da sentença contraditória caberá apelação.

QUESTÃO 23

O Promotor de Justiça da Comarca de Vilhena/RO, na vigência da CF de 1.988, pratica homicídio em Caruaru/PE. O julgamento da ação competirá:

- A. () ao Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- B. () ao Tribunal do Júri de Caruaru/PE, competência Constitucional;
- C. () ao Tribunal do Júri de Recife/PE, capital do Estado;
- D. () ao Tribunal de Justiça de Rondônia;
- E. () ao Tribunal do Júri de Porto Velho/RO.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () O desaforamento pode ocorrer sempre, ainda na fase do sumário de culpa, quando houver necessidade por razões de ordem pública, dúvida sobre a imparcialidade dos jurados e a segurança do réu;
- B. () No procedimento dos crimes eleitorais não há interrogatório do réu;
- C. () A decisão judicial sem fundamentação que autoriza a quebra de sigilo bancário é passível de convalidação;
- D. () A ausência do querelante na ação penal exclusivamente privada, mesmo intimado, à audiência de inquirição de testemunha da defesa, não acarreta a perempção;
- E. () O juiz poderá sentenciar condenando o réu, mesmo que não devolvida a carta precatória para a oitiva das testemunhas da defesa expedida com afixação de prazo razoável.

PROVA DE DIREITO CIVIL, DIFUSOS E COLETIVOS E PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 25

Quanto a filiação - formas de reconhecimento - assinale somente a alternativa correta:

- A. () No próprio termo de nascimento;
- B. () Por escritura pública;
- C. () Por instrumento particular;
- D. () Somente por termo, escritura pública ou por determinação judicial;
- E. () As alternativas a, b e c estão corretas.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () A capacidade para suceder é a aptidão da pessoa para receber os bens deixados pelo de cujus;
- B. () Capacidade para suceder é a aptidão da pessoa para ter direito à sucessão;
- C. () A capacidade para suceder diz respeito à qualidade para herdar do sucessível;
- D. () A lei vigente ao tempo da abertura da sucessão é que fixa a capacidade sucessória do herdeiro;
- E. () Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade de seus bens,

resguardando-se assim a legítima de seus herdeiros necessários.

QUESTÃO 27

- a) A sucessão causa mortis é a transferência, total ou parcial, de herança, por morte de alguém, a um ou mais herdeiros.
- b) No instante da morte do de cujus abre-se a sucessão, transmitindo-se, sem solução de continuidade, a propriedade e a posse dos bens do falecido aos seus herdeiros sucessíveis, legítimos ou testamentários, que estejam vivos naquele momento, independente de qualquer ato.
- c) Não poderá haver comoriência entre pai e filho.

Em relação às afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- A. () Somente a alternativa a está incorreta;
- B. () Somente a alternativa b está incorreta;
- C. () Somente a alternativa c está incorreta;
- D. () As alternativas a e c estão incorretas;
- E. () As alternativas a e b estão incorretas.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta:

- A. () Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto;
- B. () Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico lícito, a evento futuro e incerto;
- C. () Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e certo;
- D. () Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto;
- E. () Condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto, modificando uma ou algumas de suas conseqüências naturais.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () Os bens públicos são inalienáveis, logo não podem ser vendidos, doados ou trocados. Tal inalienabilidade poderá ser revogada desde que o seja por lei ordinária;
- B. () Os bens de uso comum do povo podem ser utilizados, sem restrição e gratuita ou onerosamente, por todos, sem necessidade de qualquer permissão especial desde que cumpridas as condições impostas por regulamentos administrativos;
- C. () Os bens públicos de uso especial são os utilizados pelo próprio Poder Público;
- D. () Os bens dominicais são os que compõem o patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios;
- E. () Os bens inalienáveis ou fora do comércio são os que não podem ser transferidos de um acervo patrimonial a outro ou insuscetíveis de apropriação.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () Ter-se-á o domicílio necessário ou legal quando for determinado por lei, em razão da condição ou situação de certas pessoas;
- B. () O domicílio do incapaz é legal, pois sua fixação operar-se-á por determinação de lei e não por volição;
- C. () O recém-nascido adquire o mesmo domicílio de seus pais;
- D. () Os absoluta ou relativamente incapazes terão por domicílio o de seus representantes legais;
- E. () O domicílio do militar do Exército, da Marinha de Guerra, da Aeronáutica em serviço ativo é o lugar onde servir, extensivos aos policiais estaduais, mesmo que esteja reformado.

QUESTÃO 31

Além da Ação Civil Pública, entre outros instrumentos jurídicos, a moderna legislação prevê, para proteção do meio ambiente:

- A. () ação de impacto de vizinhança;
- B. () ação popular ambiental;
- C. () ação cominatória do não poluidor-pagador;
- D. () ação de restituição de EPIA/RIMA;
- E. () todas as alternativas acima.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () promovido o arquivamento do inquérito civil ao Conselho Superior do Ministério Público público, pelo órgão do parquet que o instaurou, os eventuais interessados, organizados em forma de associação, ainda poderão fazer a juntada de razões nos autos de investigação, desde que em momento anterior ao da sessão de apreciação;
- B. () interesses coletivos podem ser defendidos através da ação civil pública, tanto pelo Ministério Público, como por outros legitimados, mas os interesses difusos puros, somente pelo Ministério Público;
- C. () na defesa coletiva do consumidor exercida pelo Ministério Público poderá haver condenação genérica;
- D. () na defesa do consumidor são admissíveis todos os tipos de ação, e, conforme o caso, poderá ser coletiva ou individual;
- E. () interesses difusos são aqueles que estão diluídos por toda coletividade e em que não há um titular exclusivo.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa correta:

- A. () As condições da ação são requisitos exigidos para que o processo possa levar a um provimento final de mérito;
- B. () As condições da ação são requisitos exigidos para que o processo possa levar a uma sentença terminativa;
- C. () A legitimidade de parte não admite, de forma alguma, que a ação seja proposta por alguém que não é apresentado em juízo como titular da relação jurídica deduzida no processo;

- D. () A legitimidade extraordinária confunde-se com a substituição processual;
E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa correta:

- A. () O Ministério Público e a Fazenda Pública, dispoñdo de benefícios legais, contam em quádruplo o prazo para contestar os procedimentos sumários, consoante o disposto no art. 188 do C PC.;
- B. () Aplica-se o prazo em dobro ao Ministério Público para contra-arrazoar nos feitos julgados pelo STJ;
- C. () O Ministério Público tem prazo em dobro para recorrer apenas quando funciona como parte, mas não como fiscal da lei;
- D. () Aplica-se o prazo em dobro ao Ministério Público para ingressar com recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correta:

- A. () É caso de litisconsórcio facultativo o Mandado de Segurança impetrado por concursando, objetivando sua nomeação no cargo, em detrimento de candidatos classificados à sua frente;
- B. () Há o litisconsórcio necessário em ação de funcionários públicos reivindicando determinada vantagem;
- C. () A anulação de casamento ajuizada pelo Ministério Público é um exemplo do litisconsórcio necessário-unitário;
- D. () Na ação de alimentos, o credor está impedido de ajuizar a ação apenas contra um dos coobrigados.
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta:

- A. () A apelação nas ações de alimentos podem ser recebidas nos efeitos suspensivo e devolutivo;
- B. () A sentença concessiva de Mandado de Segurança é recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.
- C. () A apelação da sentença condenatória proferida em ação de reparação de dano deve ser recebida no duplo efeito, pois não se confundem o caráter alimentar da indenização, com a condenação em ação de alimentos mencionada de forma estrita no C PC.
- D. () É válido o ato do juiz que, depois de remeter a sentença ao reexame do tribunal, pelo duplo grau obrigatório (C PC 475), homologa transação entre as partes.
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta:

- A. () O recurso extraordinário e o recurso especial serão interpostos perante o presidente ou vice-

- presidente do STF ou do STJ, que irá analisar a admissão ou não do recurso, no prazo de 15 dias em decisão fundamentada;
- B. () O recurso extraordinário, ou o recurso especial interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para contra-razões;
- C. () Enseja recurso especial a pretensão de simples reexame de prova;
- D. () Em sede de recurso especial, cabe ao STJ a análise de inconstitucionalidade de norma jurídica;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta:

- A. () O Ministério Público, mesmo havendo justificado motivo, não poderá desistir da Ação Civil Pública, por conta da indisponibilidade do direito processual;
- B. () Assim como no processo penal, o Ministério Público não pode desistir de recurso por ele interposto, ou renunciar ao poder de recorrer, por proibição expressa no C PC;
- C. () O princípio da taxatividade prevista na Ação Civil Pública está mitigado ao Ministério Público, em face da Constituição Federal e de leis esparsas.;
- D. () O Promotor de Justiça, órgão do MP de primeiro grau, não tem legitimidade para impetrar MS e HC de competência originária de tribunal;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta:

- A. () Na ação monitória estão incluídos os créditos que ensejam satisfação por meio das execuções de obrigação de fazer e não fazer e de entregar coisa infungível ou coisa imóvel;
- B. () A expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa sem a ouvida do réu na ação monitória ofende o princípio constitucional do contraditório sendo, portanto, nulo;
- C. () A ação monitória comporta a citação por edital;
- D. () O autor deve juntar o documento hábil à expedição do mandado monitório com a petição inicial, sendo inadmissível que pretenda suprir essa falta em grau de recurso;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa correta:

- A. () É válido o processo no qual exista ato de disposição de direito material praticado pelo curador especial;
- B. () Embora sua atividade principal seja a defesa do réu, o curador especial poderá exercer o direito de ação, como ajuizar a reconvenção ou propor ação rescisória;
- C. () O Ministério Público possui prazo em quádruplo e a defensoria pública em dobro o prazo

- para contestar, quando funcionar como curador especial;
- D. () Na notificação judicial há a necessidade de nomeação de curador especial, pela ocorrência da ausência de defesa e revelia;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta.

- A. () Compete à Justiça Federal o processo e julgamento da ação de cobrança de contribuições sindicais;
- B. () Em sentença proferida por juiz estadual, o tribunal de justiça é competente para anular o processo por incompetência absoluta do julgador;
- C. () O Tribunal de Justiça tem competência recursal para rever o ato de juiz estadual investido de função delegada da Justiça Federal;
- D. () A Justiça Estadual não possui competência para julgar causa decorrente de processo eleitoral sindical, cujo feito deverá ser deslocado para a Justiça Eleitoral;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa correta:

- A. () Sentença que julga improcedente, por deficiência de provas, a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, onde se discute interesses de deficientes físicos, impede que outro legitimado ingresse com nova ação e idêntico pedido, mesmo possuindo novas provas;
- B. () A intervenção do Ministério Público é obrigatória nas ações coletivas em que se discutam interesses relacionados a deficiências de pessoas, mas não quando se tratar de ações individuais envolvendo o mesmo tema;
- C. () Esgotadas as diligências, o Promotor de Justiça promoverá fundamentadamente o arquivamento de inquérito civil, com remessa ao Procurador-Geral de Justiça que examinará as peças e decidirá a respeito, acatando ou designando outro órgão para ajuizamento da ação;
- D. () O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados a deficiências das pessoas;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta:

- A. () Aplica-se os efeitos da revelia quando o alimentando é réu em ação revisional ajuizada pelo alimentante, conforme o art. 319 do C PC;
- B. () A ação de alimentos, tratando-se de rito especial, não admite a citação por edital;
- C. () O foro do domicílio ou residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos;
- D. () Em acordo de separação, a renúncia do cônjuge a alimentos que dispõe de meios para sua

- manutenção não impede sua pretensão visando obter este benefício;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta:

- A. () O Ministério Público, quando atua como parte na ação, pode confessar;
- B. () O Ministério Público é parte legítima para requerer a interdição na hipótese de "loucura furiosa" (CC 448) mas não em outros casos de "anomalias psíquicas" (C PC 1178, I);
- C. () Embora as ações que versem sobre união estável não sejam de estado, justifica-se a intervenção do Ministério Público porque sempre se processam no juízo da vara de família;
- D. () Em ação ajuizada pelo próprio MP, é necessária a sua intervenção como fiscal da lei;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta:

- A. () Não se concede assistência judiciária em inventário, que se processa na forma de arrolamento;
- B. () O processo simplificado de arrolamento dispensa avaliação de bens, mesmo havendo herdeiro menor;
- C. () A matéria pertinente a imposto poderá ser apreciada em arrolamento;
- D. () Na petição de inventário que se processará na forma de arrolamento, a autoridade fazendária fica adstrita aos valores dos bens do espólio atribuído pelos herdeiros;
- E. () Nenhuma das alternativas acima.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa correta:

- A. () A prisão do depositário judicial dependerá da propositura de ação de depósito, não podendo ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo;
- B. () O Ministério Público poderá formular pedido de prestação de contas ao tutor ou curador nos próprios autos onde foram nomeados e aceitaram o munus;
- C. () A prestação de contas de inventariante será realizada nos autos do inventário;
- D. () A falta de prestação de contas não poderá ensejar na remoção dos curadores à herança jacente, por expressa disposição legal;
- E. () Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa correta:

- A. () A intervenção do MP será facultativa nos processos falimentares;
- B. () Havendo motivo grave, os credores poderão requerer a destituição do síndico da massa falida. O Ministério Público fica impedido de requerer a destituição, mas terá vista dos autos do requerimento;

- C. () O agravo interposto contra a sentença declaratória da falência é recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, para evitar-se graves lesões ao falido;
- D. () Os bens da massa serão vendidos em leilão público, anunciado com 10 dias de antecedência, pelo menos, se se tratar de móveis, e com 20 dias se de imóveis, devendo estar a ele presente, sob pena de nulidade, o representante do Ministério Público;
- E. Nenhuma das alternativas anteriores.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL,
TRIBUTÁRIO, DIREITO ADMINISTRATIVO,
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E
LEGISLAÇÃO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem sua sede material na disposição constitucional que determina a observância do devido processo legal;
- B. () a denúncia genérica é refutada pelo Supremo Tribunal Federal, posto configurar lesão ao princípio da ampla defesa e do contraditório;
- C. () são absolutamente proibidas pela Constituição da República, sem ressalvas, as penas de morte, perpétuas, de trabalho forçado, de banimento e cruéis;
- D. () o erro judiciário é passível de indenização pelo Estado;
- E. () o Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, que são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa correta:

- A. () a função desempenhada pelo Ministério Público sempre será de natureza judiciária;
- B. () desde que devidamente licenciada é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- C. () é plena e sem qualquer restrição a liberdade de associação para fins lícitos;
- D. () a ação declaratória de constitucionalidade não poderá ser proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- E. () no sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo com resguardo ao princípio da ampla defesa.

QUESTÃO 50

Assinale a alternativa correta:

- A. () nos termos estabelecidos na Constituição da República, não poderá haver edição de medida provisória apenas sobre matéria reservada à lei complementar;
- B. () as medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Senado Federal, por decreto, disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes;
- C. () as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Senado Federal, por decreto legislativo, disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes;
- D. () conforme dispõe o §6º, do art. 62, da Constituição Federal, se a medida provisória não for apreciada em até 45 dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver transitando;
- E. () conforme dispõe a Constituição da República, se a medida provisória não for apreciada em até 45 dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência no Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas do Congresso.

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa correta:

- A. () em caso de extinção do cargo o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- B. () os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a 90% da remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão;
- C. () o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários estaduais e municipais serão remunerados por subsídios fixados em parcela única, sendo possível o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;
- D. () apenas lei federal poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos;
- E. () a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa incorreta:

- São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:
- A. () a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos

- termos da lei ordinária, que preverá indenizações compensatórias;
- B. () proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- C. () licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias;
- D. () assistência gratuita dos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
- E. () proteção em face da automação.

QUESTÃO 53

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- A. () Presidente da Assembléia Legislativa;
- B. () Procurador-Geral de Justiça;
- C. () partido político com representação na Assembléia Legislativa;
- D. () organização sindical legalmente constituída;
- E. () associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.

QUESTÃO 54

No Direito brasileiro, o princípio da legalidade dos tributos:

- A. () representa limitação constitucional ao poder de tributar;
- B. () constitui simples princípio doutrinário e de técnica legislativa;
- C. () restringe a criação ou a majoração de impostos à lei orçamentária, anual.
- D. () não permite que se institua mais de um tributo em razão do mesmo fato gerador;
- E. () veda a utilização de tributo com efeito de confisco.

QUESTAO 55

São condições de elegibilidade:

- A. () a nacionalidade e o pleno exercício dos direitos políticos;
- B. () filiação partidária e residência no local onde o candidato pleiteia sua candidatura, ainda que inscrito em outra circunscrição eleitoral;
- C. () idade mínima de 21 anos para a disputa de qualquer cargo;
- D. () segundo grau completo, em qualquer escola do país ou do exterior, para a disputa do cargo de Presidente da República;
- E. () não estar respondendo a processo criminal.

QUESTÃO 56

A isonomia prevista na CF é:

- A. () de conteúdo meramente substancial;
- B. () de caráter material;
- C. () formal;
- D. () material e simultaneamente formal;
- E. () mais uma ilusão constitucional, porque destituída de qualquer conteúdo, seja este material ou formal.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa correta:

- A. () a CF de 88 distingue entre liberdade de consciência, crença e culto;
- B. () a escusa de consciência diz respeito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada;
- C. () a liberdade de culto não procura externar-se através de solenidades e rituais;
- D. () são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, nem mesmo para absolver o réu;
- E. () qualquer brasileiro poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes.

QUESTÃO 58

Se emendada a Constituição na vigência de estado de sítio, a emenda:

- A. () será inconstitucional;
- B. () será promulgada pela Mesa do Congresso Nacional;
- C. () deverá ser submetida a plebiscito;
- D. () deverá ser submetida a referendo;
- E. () será discutida e votada em sessão unicameral.

QUESTÃO 59

É da competência do Senado Federal:

- A. () autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente nos crimes de responsabilidade;
- B. () processar e julgar o Procurador-Geral da República nos crimes de responsabilidade;
- C. () mudar temporariamente a sede do Congresso Nacional;
- D. () aprovar previamente, por voto secreto, a escolha de Ministro de Estado;
- E. () vetar projetos de lei oriundos da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 60

Controle de constitucionalidade por via de exceção:

- A. () é o que se pratica nos regimes ditatoriais;
- B. () é o que se exerce incidentalmente;
- C. () diz respeito ao poder excepcional do Supremo Tribunal Federal de declarar a inconstitucionalidade de lei com efeitos erga omnes;
- D. () significa que a inconstitucionalidade, que não é presumida, é a exceção e só será declarada quando acima de qualquer dúvida razoável.
- E. () tem efeitos erga omnes.

QUESTÃO 61

Constituem princípios constitucionais tributários:

- A. () a imposição de tributo incompatível com a capacidade contributiva;
- B. () a não cumulatividade do imposto de renda e a seletividade do IPI;
- C. () a uniformidade geográfica e a diferenciação tributária em razão da procedência ou destino de bens ou serviços;
- D. () a inconfundibilidade de taxa com imposto e a proibição de tributos interestaduais ou

intermunicipais que limitem o tráfego de pessoas ou bens;

E. () a possibilidade de estabelecer tratamento desigual em razão de ocupação profissional ou função exercida pelo contribuinte.

QUESTÃO 62

Contribuição de melhoria é tributo que se cobra como decorrência de:

- A. () compra e venda de imóveis;
- B. () fixação de valor venal;
- C. () serviços públicos prestados ao contribuinte;
- D. () obras públicas;
- E. () incorporação imobiliária.

QUESTÃO 63

Pode-se afirmar, validamente, a respeito da responsabilidade civil da Administração Pública prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal que:

- A. () ela sempre depende da prova da culpa do servidor;
- B. () ela é sempre possível na hipótese de lei declarada inconstitucional;
- C. () prevalece na doutrina a teoria da irresponsabilidade;
- D. () ela é objetiva pela obrigação de indenizar, assegurado o direito de regresso;
- E. () ela é sempre subjetiva, sem possibilidade de regresso.

QUESTÃO 64

Assinale a alternativa incorreta:

- A. () o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador, se não houver compatibilidade de horários deverá afastar-se, podendo optar pela sua remuneração ou a do cargo eletivo;
- B. () para a demissão do servidor vitalício o único meio é o processo judicial;
- C. () a vitaliciedade impede a extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade;
- D. () a reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação;
- E. () a ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

QUESTÃO 65

Relativamente aos bens públicos, assinale a única alternativa correta:

- A. () os terrenos de marinha, pertencentes aos Estados federados, constituem bens dominicais, podendo ser explorados pelo poder público através da enfiteuse;
- B. () as terras devolutas, bens de natureza dominical, que integram o patrimônio de pessoa jurídica de direito público, são inalienáveis;
- C. () os bens dominicais possuem destinação pública definida;
- D. () os Municípios podem ser titulares de terras devolutas;

E. () iniciado o processo de execução pode o credor penhorar bem público se preterido na ordem de apresentação do precatório e à conta do crédito respectivo.

QUESTÃO 66

Estão também sujeitos à penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, os atos:

- A. () praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de órgão público;
- B. () unicamente e excepcionalmente, daquelas entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50 % (cinquenta por cento) do patrimônio de sua receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição aos cofres públicos;
- C. () praticados contra fundação, com capital eminentemente privado, desde que tenha fins educacionais ou sociais devidamente inseridos em sua instituição estatutária;
- D. () as alternativas "a", "b" e "c" estão corretas;
- E. () as alternativas "b" e "c" estão corretas.

QUESTÃO 67

A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente, pela Lei de Improbidade, determinará o pagamento ou a reversão de bens em favor:

- A. () do Ministério Público, caso seja ele o autor da ação;
- B. () da pessoa jurídica prejudicada;
- C. () do Estado, independente de quem seja o autor da ação;
- D. () do Ministério Público, da pessoa jurídica prejudicada e do Estado proporcionalmente;
- E. () das Associações de Assistência social cadastradas no Poder Judiciário.

QUESTÃO 68

O agente público que se recusar a prestar declaração de bens, dentro do prazo determinado em lei, será punido com pena de:

- A. () demissão;
- B. () suspensão;
- C. () advertência verbal;
- D. () advertência escrita;
- E. () trata-se de norma em branco, pendente de regulamentação.

QUESTÃO 69

A nomeação do Procurador-Geral de Justiça, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, escolhido de uma lista tríplice formada pelos integrantes da carreira do Ministério Público, configura um ato administrativo:

- A. () complexo;
- B. () simples, a despeito de atuação do executivo e do MP;
- C. () bilateral em face da intervenção do executivo;
- D. () vinculado, pela observância estrita da lei;

E. () composto, pois compõe-se de mais de um ato.

QUESTÃO 70

Constitui objeto específico do contrato de concessão de serviço público, a:

- A. () execução de uma obra, para uso da coletividade;
- B. () ocupação pelo particular de um bem da Administração;
- C. () exploração de um serviço particular em prédio público;
- D. () navegação aérea;
- E. () pesquisa de recursos minerais.